

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3099

DECRETO Nº 3099, de 03 de janeiro de 2013.
"NOMEIA MAURICIO BERLANDA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear MAURICIO BERLANDA, para a partir de 02/01/2013, exercer o cargo em comissão - Chefe de Divisão Levantamento e Acompanhamento de Dados Estatístico, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
03 de janeiro de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Decreto 3128

DECRETO Nº 3128, de 22 de de janeiro de 2013.
"NOMEIA PAMELA PRISCILA EICHHOLZ"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear, a servidora municipal PAMELA PRISCILA EICHHOLZ, para a partir de 07/01/2013, exercer o cargo em comissão - Secretário Chefe Divisão de Desenvolvimento de Interligação de Dados de Voz, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.
22 de janeiro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Decreto 3143

DECRETO Nº 3143, de 28 de janeiro de 2013
"NOMEIA EDSEL NEUMANN"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear EDSEL NEUMANN, para a partir de 02/01/2013, exercer o cargo em comissão - Diretor Departamento Gestão

Administrativa, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
28 de janeiro de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Decreto 3149

DECRETO Nº 3149, de 28 de janeiro de 2013
"NOMEIA ROBERTO SCHULZE"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear ROBERTO SCHULZE, para a partir de 02/01/2013, exercer o cargo em comissão - Chefe de Gabinete do Prefeito, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
28 de janeiro de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº 05/2013

DECRETO Nº 005, DE 25 DE JANEIRO DE 2013.

Regulamenta o acesso à informação pública pelo cidadão (Lei Federal nº 12.527/2011), no âmbito do Poder Executivo Municipal, cria normas de procedimentos e dá outras providências.

O PREFEITO DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da Constituição Federal se dará, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal de Salto Veloso, segundo ditames da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e deste decreto.

§ 1º Sujeitam-se ao disposto neste Decreto os órgãos da administração direta e indireta do Município de Salto Veloso.

§ 2º Para efeitos deste decreto considera-se administração indireta além das autarquias, fundações públicas, consórcios públicos, empresas públicas e sociedades de economia, as entidades privadas

sem fins lucrativos que recebam recursos públicos ou subvenções sociais do Município de Salto Veloso, ou com este mantenha contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

§ 3º Nos casos de repasse de recurso público, subvenções sociais ou celebração de contrato de gestão, convênio, acordo com entidade privada sem fins lucrativos esta deverá ser alertada formalmente da responsabilidade pelo acesso a informação.

Art. 2º. Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei Federal no 12.527/2011.

Art. 3º. A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

Parágrafo único. Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 4º. O acesso à informação disciplinado neste Decreto não se aplica aos casos de documentos sigilosos, como:

- I - a ficha cadastral com os dados pessoais do servidor público;
- II - os dados fiscais repassados pelo contribuinte para efeitos de cadastramento e lançamento fiscal;
- III - o conteúdo dos envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneçam lacrados; e
- IV - o prontuário médico de pacientes e as notificações compulsórias contendo a identificação de pacientes com doenças infecto-contagiosas.

Parágrafo único. Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes das exemplificadas nos incisos, o acesso será permitido após a concordância do titular do órgão.

Art. 5º. A título de orientação, praticidade e segurança na execução das normas ditadas por este Decreto, reproduz-se as definições para os termos utilizados, dadas no art. 4º da Lei Federal 12.527/11, a saber:

- I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
- II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;
- III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;
- IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;
- VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;
- VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado

indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Art. 6º. É dever dos órgãos da administração direta e indireta, sempre que possível, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, observadas as normas de publicações e as exceções previstos neste decreto e na Lei Federal n.º 12.571/2011.

Parágrafo único. As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

Art. 7º. O serviço de informações ao cidadão no âmbito da Administração direta e indireta do Poder Executivo municipal será coordenado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a quem compete orientar, cobrar e fiscalizar a efetividade por parte dos órgãos públicos e suas unidades na prestação deste serviço, devendo:

- I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II - receber e registrar pedidos de acesso à informação;
- III - encaminhar o pedido recebido ao órgão ou unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber, e;
- IV - informar sobre a tramitação de documentos.

§ 1º. Todos os órgãos da Administração municipal elencados nos §§ 1º e 2º do art. 1º deste Decreto ficam subordinados a Secretaria de Administração e Finanças no que se referir à eficiência e eficácia no cumprimento das normas estabelecidas neste decreto.

§ 2º. Cada órgão da Administração direta e indireta do Município deverá ser convocado pela Secretaria de Administração e Finanças para designar servidor titular com um substituto, lotados no órgão, que serão responsáveis por responder a solicitação da informação correspondente ao seu setor ou que estiver a sua disposição, bem como disponibilizá-la ao interessado no tempo, modo e forma aqui regulamentado.

§ 3º. O servidor designado como substituto atenderá nos impedimentos do titular.

§ 4º. Os servidores designados para este trabalho serão permanentemente capacitados para atuarem na implementação e correto funcionamento desta política de acesso à informação.

Art. 8º. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º. O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado no setor de protocolo geral ou no sítio na internet do Município.

§ 2º. É facultado a apresentação de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 9º deste Decreto.

§ 3º. O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação e protocolo do pedido.

Art. 9º. O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I - nome do requerente;
- II - número de documento de identificação válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e

IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Parágrafo único. A falta de um dos requisitos previstos no caput deste artigo exime o fornecimento da informação e implica na devolução do requerimento pelo mesmo meio em que foi feito, sugerindo-se a complementação do dado faltoso ou incompleto.

Art. 10. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo único. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação, ou a falta deles.

Art. 11. Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 10. Caso não seja possível o acesso imediato, o órgão ou unidade deverá, no prazo de até 20 (vinte) dias:

I - enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;

II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;

III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;

IV - indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou quem a detenha; ou

V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 12. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o órgão ou unidade deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

§ 1º. Na hipótese do caput o órgão ou unidade desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

§ 2º. No caso de o interessado desejar cópia de documento, esta somente poderá ser entregue depois de autenticada pelo servidor responsável pelo fornecimento, ficando a cargo do solicitante o pagamento do seu custo.

§ 3º. Se o volume de documentos solicitados for significativo e o solicitante tiver urgência em tê-los poderá indicar, no requerimento, a empresa especializada neste serviço para a extração das cópias, desde que sediada neste Município.

§ 4º. Igual procedimento previsto no parágrafo anterior se dará, neste caso obrigatoriamente, quando o documento desejado estiver fora dos parâmetros da capacidade de extração do equipamento existente na Prefeitura.

§ 5º. Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores o original do documento público somente sairá do órgão por ele responsável sob a guarda de um servidor público que acompanhará a extração da(s) cópia(s). Neste caso as cópias serão entregues ao

interessado independentemente da autenticação prevista no §2º deste artigo.

Art. 13. Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, observado o prazo de resposta ao pedido, será disponibilizado ao requerente Guia de Recolhimento - GR ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

Parágrafo único. A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contados da comprovação do pagamento pelo requerente ou da entrega de declaração de pobreza por ele firmada, nos termos da Lei no 7.115, de 1983, ressalvadas hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado dos documentos, a reprodução demande prazo superior ou em conformidade com o prazo do § 1º do Art. 11.

Art. 14. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará.

Art. 15. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

Art. 16. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos deste decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontra sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido às informações previstas no art. 4º deste decreto.

Art. 17. Os órgãos da administração pública direta e indireta do Município adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de documentos e informações.

Art. 18. Fica a Secretaria Municipal de Administração e Finanças responsável pela disponibilização da informação do local e horário de funcionamento do protocolo para recebimento dos pedidos feitos por meio físico e da divulgação do endereço eletrônico para os pedidos feitos através da internet, bem como a disponibilização do modelo de requerimento.

Art. 19. Ao final de cada mês e até o quinto dia do mês subsequente, todos os órgãos da Administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal remeterão à Secretaria controladora dos serviços de acesso à informação relatório de atendimento do mês, para fins estatísticos.

Art. 20. Aplicam-se subsidiariamente as demais normas estabelecidas pela Lei 12.527/2011, aos procedimentos previstos neste decreto.

Art. 21. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso (SC), 25 de janeiro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS ONEDA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Municipal Nº 06/2013

DECRETO Nº 006/2013 DE 25 DE JANEIRO DE 2013.

Homologa resultado de classificação do Processo Seletivo Simplificado para Admissão em Caráter Temporário de profissionais na Área de Educação – Rede Municipal de Ensino.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado de classificação do Processo Seletivo Simplificado para contratação de profissionais para Rede Municipal de Ensino, conforme segue:

Professor de Educação Física

Inscrição	Nome Candidato	Nota Final	Classificação
016	Elianer F. Linder Mayer	21 pontos	1º
029	Pablo Junior Nava	13 pontos	2º
039	Andressa Pasin	12 pontos	3º
023	Vinicius Paulo Gomes	10 pontos	4º
045	Josiane Pessenti	05 pontos	5º
009	Maria Francieli Koleska	05 pontos	6º
017	Fabiano Gonçalves Dias	03 pontos	7º
024	Leando Gatelli		Desclassificado

Professor de Ciências

Inscrição	Nome Candidato	Nota Final	Classificação
033	Maria Odete Padilha	22 pontos	1º
006	Giovana Ariati Zacaron	6 pontos	2º
035	Patrícia Fernanda Saraiva	2 pontos	3º
014	Marinês Abati	01 ponto	4º
003	Barbara Vitali		Desclassificado

Professor de Português/Inglês

Inscrição	Nome Candidato	Nota Final	Classificação
019	Soeli Schaedler Neuhaus Zanatto	22 pontos	1º
042	Roseli Aparecida Sonego	15 pontos	2º
013	Andreia Lemes	9 pontos	3º
025	Bruno de Paula Barboza	8 pontos	4º

Professor de História/Geografia

Inscrição	Nome Candidato	Nota Final	Classificação
037	Aline Bazzo	21 pontos	1º
043	Vanderlei Pires	15 pontos	2º
029	Juliana Sebben	12 pontos	3º
044	Douglas Henrique Pereira	04 pontos	4º
028	Ediana Castanheiro		Desclassificada

Professor de Matemática

Inscrição	Nome Candidato	Nota Final	Classificação
015	Meirieli Czerniak Farenzena	25 pontos	1º
041	Amauri Joel Scapin	14 pontos	2º

Professor de Robótica

Inscrição	Nome Candidato	Nota Final	Classificação
026	Wagner Jardel de Oliveira Giacomini		Desclassificado

Professor de Informática

Inscrição	Nome Candidato	Nota Final	Classificação
032	Miguel Cornelli		Desclassificado

Professor de Séries Iniciais 20 horas

Inscrição	Nome Candidato	Nota Final	Classificação
008	Jovilde de Bastiani Fernandes	32 pontos	1º
011	Claudete Trento	28 pontos	2º
004	Rosana de Bortoli Gaio	27 pontos	3º
022	Ana Karina Falchetti	27 pontos	4º
027	Aline Sartorel	23 pontos	5º
031	Jaqueline Ap. Legnani Favarim	20 pontos	6º
012	Laura Pasqual	18 pontos	7º
030	Neide Maria Gemeli	13 pontos	8º
034	Marcia Biava	06 pontos	9º

Professor de Séries Iniciais 40 horas

Inscrição	Nome Candidato	Nota Final	Classificação
038	Ana Paula Sartorel	31 pontos	1º
007	Marina Abati	27 pontos	2º
010	Ivete Tomazi Cordeiro	25 pontos	3º
021	Andreza Berotto	24 pontos	4º
036	Luciana Hoeltgebaum	16 pontos	5º
018	Regina Lucia Telegen	15 pontos	6º
032	Mariilde Del Moro Paganini	09 pontos	7º
001	Simonia Suldotski		Desclassificada
005	Sandra Canonica		Desclassificada
002	Eliane Fenilli		Desclassificada

Art. 2º Fica assegurado o prazo legal, para qualquer recurso